

O PRIMEIRO LUSTRO

LUIS CARLOS JUNIOR

A 30 DE JULHO de 1938, surgia, ante a curiosidade de uns e a incredulidade de outros, o Departamento Administrativo previsto no art. 67 da Constituição de 10 de novembro.

O Brasil é o país do "Não pode!" e do "Você não sabe com quem está falando!" e, por isso, dentro do espírito dessas duas frases, o povo tomou logo posição para hostilizar e anular a ação do novo órgão, que trazia para o cenário administrativo um vasto programa de fiscalização e moralidade.

A bem dizer, a reação não partiu do povo. Veio do centro para a periferia, isto é, nasceu nas próprias repartições e irradiou para o público que com elas tinha contacto.

E não devia, de fato, esboçar-se, para logo, uma reação?

É claro que sim. A velha mole da rotina burocrática sentia-se, de súbito, acometida por uma força nova que se propunha transformar e sanear o ambiente administrativo. Os que viam no serviço público um simples dreno colocado entre o Tesouro e as próprias algibeiras, tinham de procurar defesas em toda parte e de toda sorte. A tradição, o respeito ao passado e às cousas consagradas pelo sêlo do tempo, foi uma das cidadelas, aparentemente forte, em que, desde logo, se encastelaram os que pretendiam resistir ao conquistador, que trazia a bandeira da renovação. A liberdade de ação dos dirigentes, indispensável ao êxito de qualquer tarefa, foi outra muralha levantada, sôbre a qual, como flâmula arrogante, faziam tremular a própria autoridade dos Ministros. Não bastavam, porém, providências de defesa. Era preciso disporem, também, de elementos de ataque. Por isso, surgiram logo as irrevências, os remoques, as ironias de toda casta. Mas, "a ironia é o lirismo da desilusão"; e bem sabiam os que se desdobravam em requintes de humorismo que apenas estavam enfeitando de flores a cova em que ficariam sepultados os seus velhos hábitos e práticas inconfessáveis. A cidadela

caíu, ou, pelo menos, luta-se, ainda, dentro dela, nos últimos redutos, como em Stalingrado. Como em Stalingrado, o D.A.S.P. iniciou sua ação pondo cêrco à rotina e aos costumes condenáveis. Depois de tomada a praça, restam ainda, é verdade, uns poucos pontos isolados que procuram resistir. Sua sorte está, porém, traçada. Não está longe o dia em que os derradeiros inadaptados deixem de fazer ouvir suas derradeiras incompreensões.

Incompreensão é, aliás, o têrmo exato para exprimir a atmosfera que se criou, desde os primeiros tempos, em tórno do novo órgão centralizador da administração. Só hoje, decorridos cinco anos de demonstrações inequívocas, ela se vai dissipando e permitindo que os olhares esclarecidos percebam com nitidez a pureza das linhas do edifício que se está erguendo.

Não é, de fato, possível ao administrador acertar sempre, como não é, tão pouco, possível ao administrado compreender sempre. O que deve, porém, ser encarado como principal causa da incompreensão que durante êstes últimos cinco anos separou o D.A.S.P. de um grande número de servidores é que, enquanto o primeiro se tem obstinado em acertar, os segundos se obstinam em não compreender, em negar, em recusar.

Tem havido, sem dúvida, alguns erros na atual política administrativa. Mas êsses erros não encontrarão, muitos dêles, origem na própria reação estabelecida com referência às iniciativas do D.A.S.P.?

É preciso, sobretudo, não tomar êsses erros com o propósito de isolá-los, de ampliá-los, de explorá-los. Não devemos procurar, com um binóculo, anfractuosidades no granito das pirâmides, nem com uma lente pesquisar defeitos nos camafeus florentinos. E muito menos, entrando diretamente no terreno pessoal, querer saber se alguma lasca do mármore em que era talhada a Venus de Milo foi, a um golpe mais forte do camartelo, ferir a epiderme de algum escravo que se encontrasse nas adjacências.

O que importa é o conjunto, é a visão harmoniosa do todo, é a obra íntegra enchendo os nossos olhos.

A visão panorâmica do D.A.S.P., ou melhor, da obra até hoje realizada pelo D.A.S.P., é, na realidade, em que pese aos descontentes, das mais grandiosas e confortadoras.

Esse órgão, eminentemente brasileiro — já que em nenhum país do mundo existe estrutura semelhante, com finalidades idênticas — levou a efeito, no curto prazo de um lustro, a maior reforma administrativa até hoje operada entre nós.

Essa reforma estendeu-se a todos os setores da atividade governamental, num esforço de unificação que só vantagens tem trazido. O aspecto peculiar que, antigamente, apresentava cada repartição, como tal se considerando prédio, mobiliário e funcionários, já desapareceu quasi por completo. Nota-se em tudo um princípio de unidade, demonstrativo de um fim comum. Trabalhando, embora, em esferas diferentes, as repartições públicas convergem para um único objetivo e não devem, por isso, apresentar a disparidade que, em outros tempos, as caracterizava. Começam a erguer-se, em lugar dos antigos pardieiros que abrigavam os servidores da Nação, esplêndidos palácios, onde o próprio conforto das instalações é um incentivo ao trabalho. O mobiliário é sóbrio e padronizado e até os funcionários — valha-nos Deus! — se vão padronizando também!

A primeira investida feita a descoberto para a padronização dos servidores foi mal interpretada e mal recebida. Era o caso dos uniformes, previsto no Estatuto. Posta em prática a inovação em mais de um órgão público, os resultados foram, entretanto, bastante satisfatórios e os funcionários só ganharam em ser, assim, padronizados. Uma outra padronização de funcionários fôra, antes dessa, levada a efeito pela Lei n. 284, com relação aos vencimentos. Mas não é a essa nem

à dos uniformes que quero chamar de padronização dos funcionários. A padronização a que quero referir-me é a padronização do nível intelectual, estabelecida pelos concursos e provas de habilitação.

É inegável que aqueles que hoje entram para o serviço público se afinam por um mesmo diapasão. Assim, dentro de mais alguns anos, quando estiverem afastados, por aposentadoria ou por outros motivos mais tristes, os atuais elementos da "velha guarda", é de presumir que só haja nas repartições servidores da mesma bitola, ou, quando muito, de duas: de bitola larga — os funcionários; de bitola estreita — os extranumerários.

A palavra extranumerário saí-me da pena precisamente quando estou abordando a seleção do pessoal. Consigne-se, pois, entre as grandes obras do D.A.S.P., o notável trabalho de agrupamento e organização desses servidores, culminado com a instituição de provas de habilitação para os mensalistas.

Não se limita, aliás, à administração diretamente exercida pelo Governo Federal a obra já realizada pelo D.A.S.P.. Sua ação organizadora e uniformizadora estendeu-se às autarquias e às próprias administrações estaduais, aonde funcionários especializados tem ido levar os necessários ensinamentos para a criação dos departamentos locais do Serviço Público.

Cinco anos não bastam para a conclusão de tão vasto programa. Se olharmos para o que falta fazer, poderemos supor que o que está feito é pouco. Se olharmos para o que havia a fazer, poderemos afirmar que já foi feito muito.

Um programa como o do D.A.S.P. é um programa sem fim. Só poderá terminar quando acabar a Nação. Gigantesco tonel, cumpre às Danaides modernas procurar enchê-lo, por processos modernos, com resignação e espírito de sacrifício.

É o que tem feito o D.A.S.P.